

8 MAR 1988

“Choque” contra quem? ESTADO DE SÃO PAULO

Antecipando-se às declarações do ministro da Fazenda, sr. Mailson da Nóbrega, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo divulgou sexta-feira passada uma nota cárdena qualquer congelamento de preços, medida que, no seio do governo, era pleiteada por ministros que se opõem a sacrifícios do setor público. No dia seguinte, o ministro da Fazenda chegava a declarar que, para a crise econômica que se alasta, só existem duas saídas: ou um pacto social ou um “choque ortodoxo”. Podemos entender o desespero do titular da pasta da Fazenda diante da incompreensão de seus pares, mas deve-se ressaltar que, por mais ortodoxo que seja, o choque (considerado, é verdade, apenas como alternativa) só poderá ser interpretado como congelamento e sua simples menção estará contribuindo para a majoração dos preços.

A Fiesp frisou que os ensaios de congelamento feitos nestes dois últimos anos demonstraram cabalmente que, longe de conter a inflação, a realimentaram, lançando o peso do ajuste unicamente sobre o setor privado e permitindo que o setor público criasse todas as condições para solapar qualquer controle

de preços. A experiência recente mostra que a alta da taxa de inflação tem como única fonte o déficit público. Pode-se argumentar que este não resulta apenas da folha de salários, mas não há dúvida que, em razão de seu aumento real de 50%, desde o advento da Nova República, vem-se tornando seu fator principal.

Por isso, a Fiesp frisa que não quer ouvir falar em congelamento enquanto o governo não demonstrar que está reduzindo o déficit público. Os industriais paulistas vão além e propõem seu programa de “choque” para o setor público: reduzir o número de funcionários públicos das empresas estatais; evitar a plethora de empresas no setor público; como alternativa para a redução do número de funcionários, a redução da folha de salários; redução dos subsídios; suspensão dos investimentos cuja viabilidade econômica é duvidosa. Somente depois que o governo tomasse tais medidas, poderiam os industriais paulistas diante da gravidade da situação admitir o congelamento dos preços e dos salários. Ainda assim, a Fiesp aponta as numerosas dificuldades que ergueriam contra nova experiência de congelamento.

Não se sabe se o ministro da Fazenda, ao aludir a um “choque ortodoxo”, pensa no cronograma da Fiesp, isto é, se pretenderia começar por um “choque” no plano do governo. Em que consistiria tal “choque”? Sem dúvida, consistiria na redução drástica do déficit público, conformemente a todas as sugestões apresentadas pelos industriais paulistas: redução do pessoal da administração pública direta ou indireta; privatização, corte de subsídios (a começar pelos bancos estatais), controle monetário etc.

Se se executasse tal política, logo se compreenderia que o controle dos preços e salários seria inútil. Este só poderia ser admitido por um período brevíssimo, e sem invenções do gênero tablita, que só acarretam profundas distorções.

A bem dizer, um “choque ortodoxo” teria de extinguir, a nosso juízo, o regime de indexação, que tem o grande inconveniente de eliminar o fator custo na formação dos preços e de oferecer rendas de situação a alguns setores cujos custos nada têm que ver com o preço do chuchu ou com a tarifa de energia elétrica. É necessário criar condições para o restabelecimento dos mecanismos do mercado, tanto no tocante à formação dos preços co-

mo no que diz respeito aos ajustes salariais. É claro, porém, que, enquanto subsistir o déficit público, não se poderá cogitar de extinguir a indexação, pois os agentes econômicos sempre terão de antecipar em seus preços a inflação do amanhã. Mas o objetivo deve ser a eliminação desse mecanismo que alimenta a inflação, embora não seja seu fator principal. Existe inflação inercial, mas não é esta, absolutamente, a causa principal da inflação. Alguns poderão alegar que o serviço da dívida interna constitui ponderável fator do déficit público. Depois de extinta a indexação e refreada a necessidade de aumentar tal dívida, verificar-se-á que o serviço da dívida é bem suportável. Aliás, não se deveria excluir o projeto de um pacto entre o governo e seus financeiros para encontrar solução (por exemplo, a transformação parcial da dívida de curto prazo em títulos de longo prazo) para o problema do peso excessivo do serviço da dívida.

Foi em meio a um churrasco — quando não queria falar em economia — que o ministro da Fazenda voltou a falar em “choque”. Preferimos reter as palavras que ele havia dito na véspera: “Não há qualquer ambiente ou condições para um novo choque sobre a economia”.